

Termo de Referência 180/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
180/2024	110404-DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA	FELIPE EWALD DE LACERDA FONSECA	28/11/2024 17:08 (v 7.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Serviços de TIC	90531/2023	60589.000026/2024-00

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de licenças de software e direitos de atualização para produtos Microsoft utilizados em estações de trabalho do Ministério da Defesa, conforme a tabela 1 e licenças de software e direitos de atualização para produtos Microsoft utilizados em estações de trabalho da Escola Superior de Defesa, conforme a tabela 2 nos termos das tabelas abaixo, divididas em grupos, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Tabela 1 - Contratação de licenças do Ministério da Defesa

Grupo	ID	Identificador Microsoft - SKU	Descrição	CATSER	Unid. Medida	Quantidade	Valor Unitário Mensal	Valor Unitário para 12 meses	Valor Estimado Anual	Valor Unitário para 36 meses	Valor Estimado do Contrato 36 meses
1	1	AAD-33204	M365 E3 Unified Sub Per User	26077	Unidade	1.987	R\$ 175, 51	R\$ 2.106,20	R\$ 4.185.019,40	R\$ 6.318,36	R\$ 12.555.058,20
	2	TRS-00002	ProjectPlan1 ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr.	26077	Unidade	40	R\$ 43,64	R\$ 523,79	R\$ 20.951,60	R\$ 1.571,04	R\$ 62.854,80
	3	7LS-00002	Project P3 Sub Per User	26077	Unidade	20	R\$ 131,69	R\$ 1.580,31	R\$ 31.606,20	R\$ 4.740,84	R\$ 94.818,60
	4	N9U-00002	Visio P2 Sub Per User	26077	Unidade	10	R\$ 61,12	R\$ 733,55	R\$ 7.335,50	R\$ 2.200,32	R\$ 22.006,50
	5	NK4-00002	Power BI Pro Sub Per User	26077	Unidade	120	R\$ 44,80	R\$ 537,69	R\$ 64.522,80	R\$ 1.612,80	R\$ 193.568,40
	6	SPU-00002	Power Automate Sub Per User	26077	Unidade	10	R\$ 75,40	R\$ 904,88	R\$ 9.048,80	R\$ 2.714,40	R\$ 27.146,40
	7	SEJ-00002	PowerAppsPlan ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr	26077	Unidade	10	R\$ 104,60	R\$ 1.255,22	R\$ 12.552,20	R\$ 3.765,60	R\$ 37.656,60

8	9GS-00495	CIS Suite Datacenter Core ALng LSA 2L	26077	Unidade	114	Subscrição 12 meses	R\$ 1.782,49	R\$ 203.203,86	R\$ 64.169,64	R\$ 609.611,58
9	9GA-00006	CIS Suite Standard Core ALng LSA 2L	26077	Unidade	40	Subscrição 12 meses	R\$ 456,29	R\$ 18.251,60	R\$ 16.426,44	R\$ 54.754,80
10	7JQ-00341	SQL Server Enterprise Core ALng LSA 2L	26077	Unidade	16	Subscrição 12 meses	R\$ 26.490,82	R\$ 423.853,12	R\$ 953.669,52	R\$ 1.271.559,36
TOTAL GERAL 3 ANO							R\$ 14.929.035,24			

(*) Estimativa realizada mediante o Mapa Comparativo de Preços (7586257).

Tabela 2 - Contratação de licenças da Escola Superior de Defesa

Grupo	ID	Identificador Microsoft - SKU	Descrição	CATSER	Unid. Medida	Quantidade	Valor Unitário Mensal	Valor Unitário para 12 meses	Valor Estimado Anual	Valor Unitário para 36 meses	Valor Estimado do Contrato 36 meses
2	11	AAD-38391 M6K-00001	M365 A3 Unified Edu Sub Per User + O365 A1 Edu Sub Per User	26077	Unidade	300	R\$ 26,92	R\$ 323,10	R\$ 96.930,00	R\$ 969,12	R\$ 290.790,00
	12	P4U-00001	Visio P2 Edu Sub Per User	26077	Unidade	4	R\$ 14,52	R\$ 174,24	R\$ 696,96	R\$ 522,72	R\$ 2.090,88
	13	9GA-00006	CIS Suite Standard Core ALngLSA 2L	26077	Unidade	38	Subscrição 12 meses	R\$ 134,00	R\$ 5.092,00	R\$ 4.824,00	R\$ 15.276,00
	14	9GS-00495	CIS Suite Datacenter CoreALng LSA 2L	26077	Unidade	44	Subscrição 12 meses	R\$ 503,00	R\$ 22.132,00	R\$ 18.108,00	R\$ 66.396,00
TOTAL GERAL 3 ANOS (36 MESES)							R\$ 374.552,88				

(*) Estimativa realizada mediante o Mapa Comparativo de Preços (7586257).

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.3. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns de caráter continuado, pois podem ser objetivamente especificados por meio de padrões usuais no mercado e características comuns pré-estabelecidas, além de serem responsáveis pelo desempenho das atividades finalísticas do MD de forma contínua. Podem, portanto, ser contratados por meio de processo licitatório na modalidade pregão em sua forma eletrônica.

1.4. O item 1 da Tabela 2 refere-se à contratação de licenças da Escola Superior de Defesa, incluindo a licença M365 A3 Unified Edu Sub Per User e a licença O365 A1 Edu Sub Per User. Conforme o benefício acadêmico oferecido para instituições de ensino, a licença O365 A1 Edu Sub Per User é gratuita, sem custo. Portanto, entende-se que a quantidade solicitada deverá ser entregue conforme especificado, sem gerar despesas adicionais para a contratação.

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 36 meses contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 2 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.6. Os serviços são enquadrados como continuados tendo em vista que a necessidade das licenças de softwares da Microsoft é permanente para o desempenho das atividades de todos os servidores do MD, sendo a vigência plurianual mais vantajosa, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar.

1.7. O contrato oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. Fundamentação da contratação

2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

2.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2 FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.2.1. A presente contratação justifica-se pela continuidade dos serviços de licenciamento de software, é essencial para a continuidade normal das atividades internas do MD e da ESD, mas também para prover serviços digitais com segurança cibernética e tecnologicamente atualizado. A contratação ainda permitirá a evolução tecnológica e adoção de novas ferramentas, conforme foi detalhado no Estudo Técnico Preliminar.

2.2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 03277610000125-0-000002/2024
- II) Data de publicação no PNCP: 19/05/2023
- III) Id do item no PCA: 1005
- IV) Classe/Grupo: 182 - SERVIÇOS DE LICENCIAMENTO E CONTRATOS DE TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA
- V) Identificador da Futura Contratação: 110404-90531/2023

2.2.3. O objeto da contratação também está alinhado com a Estratégia de Governo Digital 2024-2027 e em consonância com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) 2024-2027 do Ministério da Defesa, conforme demonstrado abaixo:

ALINHAMENTO AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2024-2027	
ID	Descrição do Objetivo Estratégico de TI
OE-TI 02	Aperfeiçoar a Governança e Gestão de TI

Alinhamento PDTI MD 2024-2027			
Subscrição, suporte e licenciamento de software específico (NL)			
ID (N)	DESCRIÇÃO	ID OE-TI	ID A/M
NL04	Plataforma de produtividade Microsoft, com recursos para atender usuários, sistemas, serviços e infraestrutura de TI do Ministério da Defesa, incluindo atualização, consultoria e suporte.	OE-TI 02	AE04
NL06	Plataforma de desenvolvimento de BI, com todas as funcionalidades necessárias, incluindo extração automática de arquivos .csv e disponibilizar em banco de dados (Power Bi).	OE-TI 02	AE04
Serviços contínuos e projetos de TI (NC)			

NC01	Serviços técnicos continuados de apoio à governança e gestão de TI	OE-TI 02	AE09
Plano de ações e metas			
AE01	Desenvolver e evoluir soluções e aplicações		
AE02	Prover soluções e serviços de análise de dados		
AE04	Fornecer subscrição, suporte e licenciamento de software ou plataforma voltado ao usuário		
AE05	Fornecer subscrição, suporte e licenciamento de software ou plataforma voltado à infraestrutura de TI ou segurança		

2.2.4. Não há requisitos de integração à Plataforma Gov.br, nos termos do Decreto nº 8.936, de 19 de dezembro de 2016, uma vez que o objeto dessa contratação não está diretamente relacionado à oferta de serviços público digitais, ainda que indiretamente proveja importantes elementos de suporte para oferta desses serviços.

2.2.5. O MD e a ESD utilizam a plataforma Microsoft tanto nas estações de trabalho quanto em parte dos equipamentos servidores. No primeiro caso, todos os computadores do tipo desktop e notebooks utilizam sistema operacional Windows juntamente com suíte de aplicativos de escritório e produtividade. Em alguns desses computadores e notebooks, os servidores também utilizam ferramentas de análise de dados. Quanto aos servidores de rede, destaca-se o fornecimento de serviços essenciais como e-mail corporativo, serviços de diretório, sistemas gerenciadores de bancos de dados, serviços de colaboração web, e outros.

2.2.6. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.3. A Lei nº 14.133/21, no art. 40, determina que as compras, sempre que possível, deverão atender ao princípio da padronização, desde que haja compatibilidade de especificações técnicas e de desempenho. Assim, para um determinado produto ou serviço, a ser adquirido, este deve atender à características técnicas uniformes estabelecidas pela Administração e, quando for o caso, às condições de manutenção, à assistência técnica e à garantia oferecidas. É cabível, sempre que houver necessidade e conveniência, se estabelecerem critérios uniformes para as contratações realizadas pela Administração.

2.4. Dentre as vantagens da padronização, incluem-se o aproveitamento do treinamento realizado pelos servidores no manuseio dos softwares, o barateamento do custo de manutenção, a facilidade de substituição e redução dos custos de implantação, a manutenção e o treinamento de mão de obra. Também podemos citar todo o aproveitamento dos investimentos realizados nessa tecnologia ao longo dos anos, bem como a manutenção das aplicações e sistemas desenvolvidos nesta plataforma.

2.5. Conforme exposto, existem alternativas à contratação dos objetos alvos aqui em discussão, os chamados softwares livres. A implantação dessas plataformas alternativas é, em sua maior parte, infrutífera por dois fundamentais motivos: incapacidade de reproduzir ou superar a experiência de uso dos aplicativos proprietários, levando à rejeição e a redução de produtividade pelo usuário, e a dificuldade técnica em integrá-las de forma coesa, que implicarão em elevados custos e tempos de desenvolvimento. Além disso, há escassez de recursos humanos do DETIC, o que dificulta e torna um risco muito maior aplicar uma mudança dessa natureza.

2.6. Os itens devem ser fornecidos no idioma Português (Brasil) e Inglês, apenas sendo aceitas versões exclusivamente em Inglês quando inexistir a versão em Português, e após aceite formal da CONTRATANTE.

2.7. A solução/ferramenta deverá ser fornecida em sua versão mais atual e estável.

2.8. Deverá ser fornecido o cartão de registro e/ou licença de uso, contendo todas as chaves, senhas, números de identificação, série e/ou outra forma com demais informações necessárias para a identificação, instalação, reinstalação e operação do produto.

2.9. O licenciamento deve garantir o direito a atualizações de segurança e correções durante a vigência contratada.

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, anexo VII deste Termo de Referência.

3.2 A solução de TIC consiste na contratação de serviços de licenças de software e direitos de atualização para produtos Microsoft utilizados em estações de trabalho, equipamentos servidores do Ministério da Defesa.

3.2.1. A aquisição de licenças de software e seus serviços agregados está alinhada às necessidades do Ministério da Defesa, evitando gastos com produtos e serviços não utilizados.

3.2.2. A contratação de serviços agregados ao software, como atualização de versão, manutenção e suporte técnico, é essencial para garantir a continuidade e a eficiência das operações do Ministério da Defesa. Esses serviços são necessários para:

3.2.2.1. Atualização de Versão: Garantir que os produtos Microsoft utilizados estejam sempre atualizados com as últimas funcionalidades e correções de segurança, minimizando vulnerabilidades e melhorando a performance.

3.2.2.2. Manutenção: Assegurar que quaisquer problemas técnicos sejam resolvidos rapidamente, evitando interrupções nas atividades críticas do Ministério.

3.2.2.3. Suporte Técnico: Fornecer assistência especializada para resolver dúvidas e problemas técnicos, garantindo que os usuários possam utilizar plenamente as funcionalidades dos produtos Microsoft.

3.3. A avaliação da necessidade desses serviços foi baseada em uma análise detalhada das operações e das necessidades tecnológicas do Ministério da Defesa, considerando os seguintes fatores:

1. - Frequência de atualizações necessárias para manter a segurança e a funcionalidade dos sistemas.
2. - Histórico de problemas técnicos e a necessidade de suporte contínuo.
3. - Impacto potencial de falhas ou desatualizações nos sistemas críticos do Ministério.

3.4. A escolha dos produtos Microsoft foi baseada em uma análise detalhada que considerou:

1. - A compatibilidade dos produtos Microsoft com os sistemas e infraestruturas existentes no Ministério da Defesa.
2. - A robustez e a segurança das soluções Microsoft, que são amplamente reconhecidas no mercado.
3. - O suporte técnico especializado e as atualizações regulares oferecidas pela Microsoft, que são essenciais para manter a operação contínua e segura dos sistemas do Ministério.

3.3. Parcelamento da Solução de TIC:

3.3.1. Os itens a serem contratados são interdependentes e formam uma única solução dividida em grupos. Portanto, cada grupo deve ser entregue exclusivamente por uma única empresa vencedora, de forma a garantir uma entrega unificada e minimizar a falta de partes da solução, o que comprometeria o funcionamento destas.

3.3.2. Cada grupo poderá ser vencido por licitantes iguais ou diferentes, resultando em contratos distintos para cada grupo estabelecido.

3.3.3. Além disso, justifica-se o agrupamento dos itens da contratação com vista ao melhor aproveitamento das práticas de mercado adotadas pela Microsoft, melhor gerenciamento do contrato e obtenção dos serviços de suporte padronizados.

3.3.4. Verifica-se, com isso, que essa forma de contratação atinge um maior ganho de escala, dado ao maior escopo da contratação, proporcionando maior economia para a Administração.

3.3.5. O agrupamento dos itens em uma única solução também favorece o melhor gerenciamento do contrato de licenças Microsoft, pois o conjunto dessas licenças pode ser planejado e adquirido num único processo de contratação, racionalizando os esforços administrativos. Ademais, evita-se a possibilidade de haver uma multiplicação de novas licitações e contratos, caso fosse adotado o critério de adjudicação por item, para adquirir as licenças decorrentes de contratos que viessem a ser interrompidos.

3.3.6. A opção pelo agrupamento dos itens está condizente, ainda, com a exceção disposta § 2º do art. 40 da Lei 14.133/2021.

3.4 benefícios a serem alcançados:

3.4.1. Assegurar a sustentabilidade dos serviços do MD e da ESD que envolvem a infraestrutura de TIC;

3.4.2. Publicar e manter alta disponibilidade dos serviços digitais do MD e da ESD;

3.4.3. Manter ou ampliar as capacidades de colaboração do escritório digital do MD e da ESD;

3.4.4. Possibilitar a geração de painéis e outras informações analíticas;

3.4.5. Permitir a gestão de atividades e tarefas contempladas nos projetos e programas estratégicos;

3.4.6. Prover um ambiente de trabalho compartilhado, produtivo, padronizado e seguro;

3.4.7. Customizar as soluções e ferramentas Microsoft por meio de serviços especializados;

3.4.8. Acelerar a modernização do ambiente tecnológico do MD e da ESD;

3.4.9. Prover solução para desenvolvimento e automação de aplicativos móveis;

3.4.10. Prover atualizações de versões (funcionalidades), aplicação de correções de falhas de segurança e de codificação para todas as soluções;

3.4.11. Garantir regularidade de licenciamento de todos os produtos que compõem a Solução;

3.4.12. Prover soluções que permitam aumentar a segurança para desktops, notebooks e dispositivos móveis de colaboradores e do MD e da ESD;

3.4.13. Prover sistemas operacionais para os desktops, laptops e estações de trabalho;

3.4.14. Prover sistemas operacionais para os servidores de processamento de dados; e

3.4.15. Garantir suporte especializado para estruturação adequada dos serviços de TI e resolução rápida de problemas de alta complexidade relacionada às soluções.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Requisitos de Negócios:

4.2. Prover sistemas operacionais para todos os desktops e laptops;

4.3. Prover sistemas operacionais para os servidores de processamento de dados;

4.4. Prover ferramentas de escritório para a manipulação de documentos de texto, apresentações e realização de operações financeiras e contábeis;

4.5. Prover o compartilhamento de arquivos;

4.6. Prover ferramentas para que os trabalhos possam ser elaborados e acessados remotamente;

4.7. Prover o armazenamento de arquivos pessoais em nuvem com acesso compartilhado;

4.8. Prover a migração da gestão de conteúdo para a nuvem;

4.9. Prover o tratamento e a visualização analítica de dados;

4.10. Prover a criação de fluxos de execução automática de tarefas;

4.11. Prover a criação de aplicativos e formulários de maneira produtiva;

- 4.12. Prover serviço de correio eletrônico;
- 4.13. Prover serviço de comunicação instantânea (texto, voz, vídeo, conferências e reuniões);
- 4.14. Prover ferramenta para gestão e acompanhamento de projetos;
- 4.15. Prover serviços colaborativos de intranet e Internet;
- 4.16. Prover Sistema Gerenciador de Banco de Dados (SGBD) para atender aos sistemas corporativos e departamentais do MD e da ESD;
- 4.17. Prover ferramenta para criação e edição de diagramas diversos;
- 4.18. Prover ferramentas para desenvolvimento, manutenção e controle de software, incluindo a possibilidade de uso de inteligência artificial no desenvolvimento;
- 4.19. Prover ferramenta para análise de dados de negócio;
- 4.20. Prover ferramenta para publicação de relatórios e painéis gerenciais com funcionalidade que permita o controle de acesso para o público interno e externo ao MD, quando necessário;
- 4.21. Prover ferramentas com recursos de inteligência artificial generativa integrada, quando disponível;
- 4.22. Prover recursos de segurança para desktops, notebooks e dispositivos móveis de usuários;
- 4.23. Prover atualizações de versões (funcionalidades) e correções de falhas de segurança e codificação para toda a solução;
- 4.24. Prover suporte especializado e resolução de problemas de alta complexidade para todos os serviços contratados;
- 4.25. Garantir a regularidade do licenciamento de todos os produtos que compõem a solução.

Requisitos de Capacitação

- 4.26. Não faz parte do escopo da contratação a realização de capacitação técnica na utilização dos recursos relacionados ao objeto da presente contratação;

Requisitos Legais

- 4.27. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133/2021, à Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), e a outras legislações aplicáveis;

Requisitos de Manutenção

- 4.28. Devido às características da solução, há necessidade de realização de manutenções (corretivas/preventivas/adaptativa/evolutiva) pela Contratada, visando à manutenção da disponibilidade da solução;
- 4.29. Durante todo o período de vigência do contrato, a empresa a ser contratada deverá fornecer uma Central de Atendimento (sítio na Internet, e-mail e telefone 0800), sem custo adicional à contratante para consultas, aberturas de chamados técnicos e envio de arquivos para análise, em horário comercial, de segunda a sexta, das 09h às 18h, exceto feriado, preferencialmente em Português Brasileiro;
- 4.30. Não há limitação para o número de Chamados Técnicos;
- 4.31. No caso de atendimento remoto, a CONTRATADA deve informar por e-mail o fiscal técnico do contrato, assim que o atendimento for iniciado, e após sua conclusão, contendo evidências das atividades executadas;
- 4.32. A lista a seguir não é exaustiva, mas contém os principais serviços de manutenção, atualização de versão e suporte técnico, a serem executados durante a vigência contratual:
 - 4.32.1. Correções de problemas e anomalias (bugs) nos softwares, atualizações de versões e releases;
 - 4.32.2. Solução de suporte e acompanhamento para viabilizar a operação, configuração, upgrade e instalação dos itens entregues do objeto desta contratação e das ferramentas disponibilizadas para gestão do ambiente;

4.32.3. Garantir que novas versões de firmware ou atualizações dos produtos sob contrato de manutenção tenham a perfeita compatibilidade com o ambiente operacional em uso nas instalações computacionais do Ministério da Defesa;

4.32.4. Deverão ser fornecidas, automaticamente, todas as atualizações de versão que ocorrerem durante a vigência contratual. Entende-se como “atualização” o provimento de toda e qualquer evolução de software, incluindo correções, “patches”, “fixes”, “updates”, “service packs”, novas “releases”, “versions”, “builds”, “upgrades”, englobando inclusive versões não sucessivas, nos casos em que a liberação de tais versões ocorra durante o período de garantia especificado;

4.33. A CONTRATADA deverá garantir a atualização dos drivers e softwares instalados, provendo o fornecimento de novas versões por necessidade de correção de problemas ou por implementação de novos releases, a partir do recebimento definitivo pelo Ministério da Defesa, durante o período de garantia;

4.34. Caso seja necessário substituir licenças equivalentes durante a vigência do contrato, isso deverá ocorrer sem qualquer ônus para o Ministério da Defesa;

4.35. Os serviços deverão contemplar a resolução de qualquer problema nas licenças e serviços descritos neste documento, sem nenhum ônus adicional para o Ministério da Defesa;

4.36. O Ministério da Defesa somente poderá autorizar que a contratada faça inventários nos equipamentos quando solicitado formalmente;

4.37. A CONTRATADA deverá disponibilizar para o Ministério da Defesa acesso ao VLSC (Volume Licensing Service Center), serviço disponibilizado pela Microsoft para acompanhamento e uso das licenças e benefícios do contrato;

4.38. Atender aos Chamados Técnicos, de acordo com os Níveis Mínimos de Serviço Exigidos deste Termo de Referência;

Requisitos Temporais

4.39. O prazo de entrega para os documentos que comprovem o fornecimento do licenciamento e todas as demais obrigações deverão ser disponibilizadas à CONTRATANTE no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento de Bens (OFB), emitida pela Contratante, podendo ser prorrogada, excepcionalmente, por até igual período, desde que justificado previamente pelo Contratado e autorizado pela Contratante;

4.40. A reunião inicial de alinhamento deverá ocorrer após a assinatura do contrato e ser executada em, no máximo, 5 (cinco) dias corridos após a assinatura do contrato;

Requisitos de Segurança e Privacidade

4.41. A solução deverá atender aos princípios e procedimentos elencados na Política de Segurança da Informação do Contratante e deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob penas de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos;

4.42. O termo de compromisso, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal da contratada, e termo de ciência, a ser assinado por todos os empregados da contratada diretamente envolvidos na contratação, encontram-se nos anexos II e III neste Termo de Referência;

Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

4.43. De acordo com o art. 16, inciso I, alínea “g” da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, os Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais definem os requisitos que a Solução de TIC devem atender para estar em conformidade com costumes, idiomas e ao meio ambiente, dentre outros, observando-se, inclusive, no que couber, o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, e suas atualizações, elaborado pela Câmara Nacional de Sustentabilidade da Controladoria Geral da União /Advocacia Geral da União;

4.44. Os itens devem ser fornecidos no idioma Português (Brasil) e Inglês, apenas sendo aceitas versões exclusivamente em Inglês quando inexistir a versão em Português, e após aceite formal da CONTRATANTE;

Requisitos de Arquitetura Tecnológica

4.45. Os serviços deverão ser executados observando-se as diretrizes de arquitetura tecnológica estabelecidas pela área técnica da Contratante;

4.46. A adoção de tecnologia ou arquitetura diversa deverá ser autorizada previamente pela Contratante. Caso não seja autorizada, é vedado à Contratada adotar arquitetura, componentes ou tecnologias diferentes daquelas definidas pela Contratante;

4.47. Todos os produtos ofertados na modalidade de serviço em nuvem devem atender a requisitos primários de um software como serviços (SaaS), ou plataforma como serviço (PaaS), ou seja, um serviço distribuído com baixa latência e pontos de entrada do aplicativo em nuvem espalhados em diversas regiões;

Requisitos de Projeto e de Implementação

4.48. Não há requisitos de projeto e implementação uma vez que se trata de mero fornecimento de licenças de cessão de direito de uso de software, ainda que na modalidade de software como serviço (SaaS), situação em que toda a responsabilidade do projeto e implementação dos serviços é da contratada, ficando a contratante desobrigada de fazer qualquer previsão nesse sentido;

Requisitos de Implantação

4.49. As soluções contratadas já estão em operação no âmbito da administração central do Ministério da Defesa, no entanto, as empresas vencedoras deverão garantir a continuidade do correto funcionamento e havendo a necessidade, realizar as configurações, atualizações, federações ou outros ajustes necessários para a operacionalização dos itens contratados nos ambientes do MD.

4.49.1. As soluções contratadas para a Escola Superior de Defesa deverão ser instaladas e configuradas, de forma que a empresa vencedora deverá garantir o seu correto funcionamento.

Requisitos de Garantia, Manutenção e Assistência Técnica

4.50. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), e suas atualizações;

4.51. Será exigida a garantia da contratação de que tratam o Art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato;

4.52. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato;

4.53. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato;

4.54. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação;

4.55. A atividade deve ser realizada por um profissional com competências atestadas pelo fabricante Microsoft. Este profissional será responsável por garantir a ativação e configuração inicial dos sistemas, assegurando que todas as funcionalidades estejam operacionais conforme especificado nos itens contratados;

Requisitos de Experiência Profissional

4.56. Não serão exigidos requisitos de experiência profissional, por parte dos servidores/usuários da contratante, para a presente contratação.

Requisitos de Formação da Equipe

4.57. Não serão exigidos requisitos de formação da equipe para a presente contratação.

Requisitos de Metodologia de Trabalho

4.58. O fornecimento dos serviços está condicionada ao recebimento pelo Contratado de Ordem de Serviço (OS) emitida pela contratante.

4.59. A OS indicará o serviço, a quantidade e a localidade onde deverão ser prestados.

4.60. O Contratado deve fornecer meios para contato e registro de ocorrências com funcionamento 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana, pela web, e-mail ou telefone a contar da assinatura do contrato.

4.61. A execução do serviço deve ser acompanhada pelo Contratado, que dará ciência de eventuais acontecimentos à contratante.

4.62. Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos.

4.63. A criticidade de cada Chamado Técnico será classificada conforme os níveis abaixo:

4.63.1. Severidade Baixa: atividades que não causem impacto à disponibilidade do serviço, como diagnóstico de problemas com impacto isolado a poucos usuários, resolução de problemas de baixo risco entre outros.

4.63.2. Severidade Média: incidente(s) que não causa (em) indisponibilidade do ativo, mas que afeta de forma significativa o desempenho do serviço.

4.63.3. Severidade Alta: incidente(s) que causa (em) indisponibilidade do serviço, afetando diretamente as atividades do Ministério da Defesa.

4.63.4. Na abertura de Chamados Técnicos, serão fornecidas informações de identificação do produto, anormalidade observada, nome do responsável pela solicitação do serviço e severidade do chamado.

4.63.5. Será aberto um Chamado Técnico para cada problema reportado, sendo iniciada a contagem do tempo de atendimento a partir da hora de acionamento.

4.63.6. Os serviços de atualização de licenças deverão ser realizados nas instalações do Ministério da Defesa, salvo as exceções expressa e permitidas.

4.63.7. É de responsabilidade da CONTRATADA fornecer a seus técnicos todas as ferramentas, softwares e instrumentos necessários para a execução dos serviços, bem como prover e se responsabilizar pela locomoção destes até o Ministério da Defesa.

4.63.8. A CONTRATADA garante que os produtos licenciados para uso não infringem quaisquer patentes, direitos autorais ou trade-secrets, devendo a CONTRATADA se responsabilizar por quaisquer despesas relacionadas que ocorram.

4.63.9. A CONTRATADA deve fornecer, para cada Chamado Técnico aberto, um número único de registro para acompanhamento pela CONTRATANTE.

4.63.10. Na ocorrência de uma situação emergencial, em que já exista Chamado Técnico aberto, é esperado que tanto o atendimento quanto o restabelecimento do serviço sejam feitos de forma imediata, sem a necessidade de abertura de novo chamado.

4.63.11. Todas os serviços serão prestados esperando-se a aplicação das melhores práticas e recomendações do mercado e do fabricante.

4.63.12. Somente serão aceitas justificativas para o não atendimento a um Chamado Técnico, caso o fato seja gerado por motivo de força maior ou por dependência do Ministério da Defesa. Neste caso, a CONTRATADA deve formalizar antecipadamente ao Gestor do Contrato ou ao Fiscal Técnico os motivos que impedem a execução do serviço.

4.63.13. Os Chamados Técnicos somente deverão ser encerrados após expressa anuência do Gestor do Contrato ou do Fiscal Técnico.

4.63.14. Caso o técnico da CONTRATADA enseje dano irreparável a equipamento(s) do Ministério da Defesa, por conta de conduta antiprofissional, erro ou quaisquer outros motivos fica a CONTRATADA obrigada a realizar a troca por equipamento igual ou superior ao que foi danificado.

4.63.15. Evidências de prestação do serviço: no fechamento da Ordem de Serviço devem ser relacionadas as evidências de seu atendimento, diagnóstico e solução do problema tais como imagens de tela, fotos e registros gerados pelos equipamentos, entre outros.

4.64. Acordo de Níveis de Serviço (ANS) de Chamados Técnicos oriundos de incidentes ocasionados exclusivamente pelo FABRICANTE que possam impactar na solução contratada.

4.64.1. O Ministério da Defesa realizará a classificação do nível de prioridade do Chamado Técnico no ato de abertura deste.

4.64.2. Para os Chamados Técnicos classificados com nível de severidade baixa, a Tabela de Glosas a seguir será aplicada:

Item	Ocorrência	Glosa/Multa
1	Deixar de atender Chamado Técnico.	0,5% sobre o valor total do item contratado que for objeto do chamado, por ocorrência.

2	Reabertura de Chamado Técnico por falha no atendimento.	0,5% sobre o valor total do item contratado que for objeto do chamado, por ocorrência.
3	Exceder o limite para início de atendimento.	0,5% sobre o valor total do item contratado que for objeto do chamado, por ocorrência, mais 0,1% por hora excedente, por ocorrência, limitando-se a 15%.
4	Ultrapassar o limite máximo de tempo para solução.	0,5% sobre o valor total do item contratado que for objeto do chamado, por ocorrência, mais 0,1% por hora excedente, por ocorrência, limitando-se a 15%.

4.64.2.1. Os Chamados Técnicos de severidade baixa deverão ter início de atendimento em até 48h, contados a partir da data e da hora de abertura dele, em horário comercial, de segunda a sexta, das 09h às 18h, exceto feriado.

4.64.2.2. As soluções necessárias deverão ser aplicadas ou disponibilizadas em até 72h, contadas a partir do início do atendimento do Chamado Técnico.

4.64.3. Para os Chamados Técnicos classificados com nível de severidade média, a tabela de Glosas/multas a seguir será aplicada:

Item	Ocorrência	Glosa/Multa
1	Deixar de atender Chamado Técnico.	0,75% sobre o valor total do item contratado que for objeto do chamado, por ocorrência.
2	Reabertura de Chamado Técnico por falha no atendimento.	0,75% sobre o valor total do item contratado que for objeto do chamado, por ocorrência.
3	Exceder o limite para início de atendimento.	0,75% sobre o valor total do item contratado que for objeto do chamado, por ocorrência, mais 0,25% por hora excedente, por ocorrência, limitando-se a 15%.
4	Ultrapassar o limite máximo de tempo para solução.	0,75% sobre o valor total do item contratado que for objeto do chamado, por ocorrência, mais 0,25% por hora excedente, por ocorrência, limitando-se a 15%.

4.64.3.1. Para os Chamados Técnicos de severidade média, o início do atendimento deve ocorrer em até 2h, contadas a partir da data e da hora de abertura do Chamado Técnico perante a CONTRATADA, em horário comercial, de segunda a sexta, das 09h às 18h, exceto feriado.

4.64.3.2. O tempo máximo para a solução do incidente registrado é de até 3h, contabilizados a partir do início do atendimento pela CONTRATADA.

4.64.4. Para os Chamados Técnicos classificados com nível de severidade alta, a Tabela de Glosas/multas a seguir será aplicada:

Item	Ocorrência	Glosa/Multa
1	Deixar de atender Chamado Técnico.	1,0% sobre o valor total do item contratado que for objeto do chamado, por ocorrência.
2	Reabertura de Chamado Técnico por falha no atendimento.	1,0% sobre o valor total do item contratado que for objeto do chamado, por ocorrência.

3	Exceder o limite para início de atendimento.	1,0% sobre o valor total do item contratado que for objeto do chamado, por ocorrência, mais 0,5% por hora excedente, por ocorrência, limitando-se a 15%.
4	Ultrapassar o limite máximo de tempo para solução.	1,0% sobre o valor total do item contratado que for objeto do chamado, por ocorrência, mais 0,5% por hora excedente, por ocorrência, limitando-se a 15%.

4.64.4.1. O início do atendimento dos Chamados Técnicos de severidade alta deve ser realizado em até 1h, sem horário comercial, de segunda a sexta, exceto feriado das 09h às 18h.

4.64.4.2. O tempo máximo para solução de Chamado Técnico de severidade Alta é de até 3h, após início do atendimento.

4.64.5. Os prazos para início de atendimento e para solução do problema serão contados em horas corridas a partir do registro do Chamado Técnico.

4.64.6. No caso de reclassificação do nível de prioridade, os prazos serão iniciados a contar da data do evento da reclassificação.

4.64.7. Os descumprimentos em cada nível de severidade poderão ocorrer de forma sucessiva, o que poderá implicar em glosas /multas cumulativas.

4.64.8. As justificativas para eventuais descumprimentos de Acordo de Níveis de Serviço (ANS) de Chamados Técnicos serão apreciadas pela Equipe de Fiscalização do Contrato e, caso sejam aceitas, os descumprimentos correspondentes a tais justificativas não serão computados para efeito de cálculo de Acordo de Níveis de Serviço (ANS).

4.64.9. No caso de não ser possível solucionar o problema dentro dos prazos estabelecidos, a CONTRATADA deverá substituir a licença defeituosa em até 24 (vinte e quatro) horas contadas a partir da abertura do chamado.

4.64.10. Ultrapassados esses limites poderão ser aplicadas adicionalmente as sanções previstas no Art. 156 da Lei Nº 14133/21.

Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade

4.65. O Contratado deverá observar integralmente os requisitos de Segurança da Informação e Privacidade, com a finalidade de garantir a disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade das informações e a privacidade dos dados.

Sustentabilidade:

4.66. A CONTRATADA deverá fornecer as licenças de software de forma eletrônica, evitando a confecção e transporte de mídias.

4.67. A CONTRATADA deverá apresentar seus relatórios em formato digital.

4.68. Não se verifica requisitos de sustentabilidade elencados no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, 6ª ed., 2023, da AGU (Advocacia Geral da União), que estejam diretamente relacionados ao objeto desta contratação, qual seja aquisição de bens de licença de software. Os softwares adquiridos serão executados em parque computacional já adquiridos pelo MD e que naquela situação já tiveram os requisitos de sustentabilidade devidamente considerados.

Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

4.69. Na presente contratação será admitida a indicação da seguinte marca, característica ou modelo, de acordo com as justificativas contidas no Estudo Técnico Preliminar: **Microsoft**.

4.69.1. A escolha da marca Microsoft para a contratação de licenças de software e direitos de atualização é justificada com base nas seguintes hipóteses previstas no art. 41, I, da Lei nº 14.133/2021.

4.69.1.1. A padronização dos produtos Microsoft é essencial para garantir a uniformidade e a integração dos sistemas utilizados pelo Ministério da Defesa. A utilização de uma única plataforma tecnológica facilita a gestão, manutenção e suporte técnico, além de reduzir os custos operacionais e de treinamento.

4.69.1.2. Os produtos Microsoft são compatíveis com a infraestrutura tecnológica já existente no Ministério da Defesa, incluindo sistemas operacionais, aplicativos e serviços de rede. A adoção de outra marca exigiria investimentos significativos em novos equipamentos e treinamento, além de possíveis interrupções nas operações.

4.69.1.3. Em alguns casos, determinadas funcionalidades e integrações específicas só são possíveis com os produtos Microsoft, que são amplamente reconhecidos por sua robustez, segurança e suporte técnico especializado.

Da exigência de carta de solidariedade

4.70. Em caso de fornecedor, revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

4.71. A carta de solidariedade, ou forma similar de comprovação, deverá ser emitida pela fabricante Microsoft e declarara que a Licitante está autorizada a revender e distribuir as licenças de software que são objeto desta contratação, haja vista que está é uma prática do mercado de software dessa categoria.

Subcontratação

4.72. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Da verificação de amostra do objeto

4.73. Será realizada verificação de amostra do objeto para averiguar se a Solução de TIC apresentada pela Licitante detém os requisitos mínimos necessários para realização dos serviços a serem contratados, de acordo com as funcionalidades, procedimentos e critérios objetivos descritos no item 2 da Fundamentação da Contratação, deste Termo de Referência;

Garantia da Contratação

4.74. Será exigida a garantia da contratação de que tratam o Art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato;

4.75. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato;

4.76. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato;

4.77. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação;

Informações relevantes para a apresentação da proposta

4.78. Todas as informações relevantes ao dimensionamento da proposta estão descritos em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, anexo VII deste Termo de Referência.

4.79. Cabe informar que de acordo com o art. 12, § 4º da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, nas licitações por preço global, cada serviço ou produto do grupo deverá estar discriminado em itens separados nas propostas de preços, de modo a permitir a identificação do seu preço individual na composição do preço global, e a eventual incidência sobre cada item das margens de preferência para produtos e serviços que atendam às Normas Técnicas Brasileiras - NTB, de acordo com o art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.

5. Modelo de execução do objeto

5. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

5.1. São obrigações da CONTRATANTE:

5.1.1. nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

5.1.2. encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;

5.1.3. receber o objeto fornecido pelo contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

5.1.4. aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;

5.1.5. liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

5.1.6. comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;

5.1.7. definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte do contratado, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;

5.1.8. prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer;

5.2. São obrigações do CONTRATADO

5.2.1. indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

5.2.2. atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

5.2.3. reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;

5.2.4. propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;

5.2.5. manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;

5.2.6. quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;

5.2.7. quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;

5.2.8. ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;

5.2.9. fazer a transição contratual, com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução do contrato, quando for o caso;

5.3. São obrigações do órgão gerenciador do registro de preços:

5.3.1. efetuar o registro do licitante fornecedor e firmar a correspondente Ata de Registro de Preços;

5.3.2. conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações de condições, produtos ou preços registrados;

5.3.3. definir mecanismos de comunicação com os órgãos participantes e não participantes, contendo:

5.3.3.1. as formas de comunicação entre os envolvidos, a exemplo de ofício, telefone, e-mail, ou sistema informatizado, quando disponível; e

5.3.3.2. definição dos eventos a serem reportados ao órgão gerenciador, com a indicação de prazo e responsável;

5.3.4. definir mecanismos de controle de fornecimento da solução de TIC, observando, dentre outros:

5.3.4.1. a definição da produtividade ou da capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC;

5.3.4.2. as regras para gerenciamento da fila de fornecimento da solução de TIC aos órgãos participantes e não participantes, contendo prazos e formas de negociação e redistribuição da demanda, quando esta ultrapassar a produtividade definida ou a capacidade mínima de fornecimento e for requerida pelo contratado; e

5.3.4.3. as regras para a substituição da solução registrada na Ata de Registro de Preços, garantida a verificação de Amostra do Objeto, observado o disposto no inciso III, alínea "c", item 2 do art. 17 da Instrução Normativa SGS/ME nº 94, de 2022, em função de fatores supervenientes que tornem necessária e imperativa a substituição da solução tecnológica.

5.4. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

Rotinas de Execução

Do Encaminhamento Formal de Demandas

5.4.1. O gestor do contrato emitirá a Ordem de fornecimento de bens (OFB) para a entrega dos serviços desejados;

5.4.2. O Contratado deverá fornecer os bens com as mesmas configurações e quantidades definidas na Ordem de fornecimento de bens (OFB);

5.4.3. O recebimento provisório e definitivo dos bens é disciplinado em tópico próprio deste TR.

Forma de execução e acompanhamento do contrato

5.5. As licenças a serem fornecidas deverão ser entregues em até 10 dias corridos após a solicitação por meio da Ordens de Fornecimento.

5.6. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias corridos de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.6.1. A execução do Contrato, nos termos do § 1º do art. 117 e art. 140, ambos da Lei nº 14.133/21, será acompanhada e fiscalizada por servidores designados pelo Órgão mediante Portaria, anotando, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, e atestará a(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s) apresentadas para fins de pagamento.

5.6.2. Para o acompanhamento e fiscalização do Contrato serão utilizadas as disposições contidas na IN. SGD nº 94/2022 e suas alterações.

5.6.3. Caberá à EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL, dentre outras atribuições, determinar providências necessárias ao regular e efetivo cumprimento contratual, bem como anotar e enquadrar as infrações contratuais constatadas, comunicando-as ao seu superior hierárquico.

5.6.4. A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato por qualquer irregularidade verificada, inclusive resultante de imperfeições técnicas ou de qualidade inferior. A fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado não exclui ou reduz a responsabilidade da CONTRATADA.

5.6.5. A Administração, devidamente representada na forma legal, poderá rejeitar no todo ou em parte o objeto contratado, sem ônus para o Órgão, se executado em desacordo com as especificações estabelecidas em Termo de Referência e seus anexos, bem como em contrato e na proposta comercial.

5.6.6. A CONTRATADA será a única e exclusiva responsável pelo fornecimento dos bens, sendo ao CONTRATANTE reservado o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização contratual, mediante servidores designados para este fim.

5.6.7. A CONTRATADA deverá encarregar-se, a seu ônus e responsabilidade, da entrega dos bens, arcando com qualquer custo advindo do procedimento de execução do Contrato.

5.6.9. As Ordens de Fornecimento poderão ser emitidas até atingir a quantidade máxima constante no objeto licitado.

5.6.10. O modelo da Ordem de Fornecimentos se encontra no anexo I.

5.7. Prazos, horários de fornecimento de bens ou prestação dos serviços

5.7.1. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste documento, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação à contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.7.2. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, após a verificação da qualidade e quantidade dos softwares, de acordo com o responsável indicado pela área que receberá o software.

5.7.3. Na hipótese da verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.7.4. O recebimento definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

Formas de transferência de conhecimento

5.8. Não será necessária transferência de conhecimento devido às características do objeto.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.9. Não será necessária transferência de conhecimento devido às características do objeto.

Quantidade mínima de bens ou serviços para comparação e controle

5.10. Não se aplica, visto que são licenças de software adquiridas por download ou mídias que possibilitam a entrega de todos os bens que compõem a solução. Além disso, a solução já está implantada no Ministério da Defesa.

Mecanismos formais de comunicação

5.11. São definidos como mecanismos formais de comunicação, entre a Contratante e o Contratado, os seguintes:

5.11.1. Ordem de Serviço;

5.11.2. Ata de Reunião;

5.11.3. Ofício;

5.11.4. Sistema de abertura de chamados; e

5.11.5. E-mails e Cartas.

Formas de Pagamento

5.12. Os critérios de medição e pagamento serão tratados em tópico próprio do Modelo de Gestão do Contrato.

Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

5.13. O Contratado deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução do contrato, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos;

5.14. O Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal do Contratado, e Termo de Ciência, a ser assinado por todos os empregados do Contratado diretamente envolvidos na contratação, encontram-se nos anexos II e III neste Termo de Referência;

Locais de entrega, quando aplicáveis:

5.15. Ministério da Defesa, Avenida N1 Bloco O – Anexo CEP 70.052-900 – Brasília – DF;

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Reunião Inicial

6.5. Após a assinatura do Contrato e as nomeações do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a reunião inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no contrato, edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços.

6.6. A reunião será realizada em conformidade com o previsto no inciso I do Art. 31 da IN 94/2022 SGD/ME e ocorrerá em até 10 (dez) dias úteis da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada a critério da CONTRATANTE.

6.7. A pauta desta reunião observará, pelo menos:

6.7.1. Presença do representante legal da contratada, que apresentará o seu preposto;

6.7.2. Entrega, por parte da Contratada, do Termo de Compromisso e dos Termos de Ciência;

6.7.3. Esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;

6.7.4. A Carta de apresentação do Preposto deverá conter no mínimo o nome completo e CPF do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual;

6.7.5. Apresentação das declarações/certificados do fabricante, comprovando que o produto ofertado possui a garantia solicitada neste termo de referência.

Fiscalização

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.9.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.9.2. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.9.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.9.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.9.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.10. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.10.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.10.2. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.10.2.1. Manifestação quanto à aderência contratual na etapa de aceite da entrega de serviços pela contratada;

6.10.2.2. Relatório de fiscalização administrativa em etapa após o aceite definitivo da entrega dos serviços.

6.10.2.3. Execução dos procedimentos para atendimento ao disposto na IN SEGES/ME n 77, de 4 de novembro de 2002, especificamente a inclusão do crédito na sequência de pagamentos, entre outros itens.

Gestor do Contrato

6.11. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.12. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.13. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.14. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de ateste de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.15. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.16. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.17. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

Crerios de Aceitaçaõ

6.18. Para aceitaçaõ da demanda, e necessaõrio que todos os itens constantes neste TR estejam instalados, configurados e integrados no ambiente da ACMD e ESD, estaões de trabalho e centro de processamento de dados.

6.19. Quando da entrega das licenças e de sua documentaçaõ tecaõica e/ou de importaçaõ o Fiscal Tecaõico do Contrato avaliará as licenças recebidas em ateaõ 10 (dez) dias uteis e emitirá, em caso de inconsistências, o TERMO DE REJEIÇAõ.

6.20. Caso seja identificada alguma naõ conformidade, o Fiscal Tecaõico do Contrato encaminhará as demandas de correçaõ ao Gestor do Contrato que as enviará a CONTRATADA.

6.21. A instalaçaõ, configuraçaõ e integraçaõ dos itens constantes neste TR ficarãõ a cargo da contratada.

6.22. Caso naõ seja identificada nenhuma inconformidade, os Fiscais Requisitante e Tecaõico do Contrato deverãõ, no prazo de ateaõ 10 (dez) dias, contados do fim do prazo de Testes de Operaçaõ, confeccionar e assinar o TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, dos bens, da instalaçaõ e da configuraçaõ, e encaminhar ao Gestor do Contrato.

6.23. Na hipõtese de naõ serem procedidos os Testes de Operaçaõ, por parte da CONTRATANTE, dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizado, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.24. O Gestor do Contrato confeccionará a autorização para o faturamento e a encaminhará ao preposto da CONTRATADA para emissão da Nota Fiscal ou Fatura.

6.25. O recebimento definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do objeto.

6.26. O descumprimento dos prazos sujeitará a Contratada às penalidades, conforme especificado neste termo.

6.27. Caso se veja impossibilitada de cumprir o prazo estipulado para a disponibilização dos bens, a Contratada deverá apresentar, até a data de vencimento fixada, justificativas escritas e devidamente comprovadas, apoiando o pedido de prorrogação em um ou mais dos seguintes fatos:

6.27.1. Ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições do contrato; e

6.27.2. Impedimento decorrente de fato ou ato de terceiros, reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência.

6.28. O Ordenador de Despesas (OD) poderá acatar o pedido de prorrogação por até igual período não se admitindo reajuste posterior ainda que justificado.

Procedimentos de Teste e Inspeção

6.29. Serão adotados como procedimentos de teste e inspeção, para fins de elaboração dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo:

6.29.1. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.29.2. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

6.29.3. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da execução do objeto de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da CONTRATANTE, especialmente designados, na forma dos arts. 117 e 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.29.4. O representante da CONTRATANTE deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução do objeto e do contrato.

6.29.5. A verificação da adequação da execução do objeto deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

6.29.6. A conformidade das licenças a serem utilizadas na execução do objeto deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha a relação detalhada delas, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas.

6.29.7. O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.29.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

6.29.9. A fiscalização técnica do contrato avaliará constantemente a execução do objeto, em conformidade com os níveis de serviço definidos. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da execução do objeto realizada.

6.29.10. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a execução do objeto com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

6.29.11. A conformidade dos itens a serem utilizados na execução do objeto deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas.

Níveis Mínimos de Serviço Exigidos

6.30. Os níveis mínimos de serviço são indicadores mensuráveis estabelecidos pelo Contratante para aferir objetivamente os resultados pretendidos com a contratação. São considerados para a presente contratação os seguintes indicadores

INDICADOR DE ATRASO NA ENTREGA (IAE)	
Finalidade	Medir o tempo de atraso na entrega das licenças e serviços constantes nas Ordens de Fornecimento.
Meta a cumprir IAE	≤ 0 (A meta definida visa garantir a entrega dos produtos e serviços constantes nas Ordens de Fornecimento dentro do prazo previsto.)
Instrumento de Medição	Ordem de Fornecimento, Termo de Recebimento Provisório e Definitivo.
Forma de Acompanhamento	A avaliação será realizada por meio da verificação da data de entrega constante na ordem de fornecimento e da data de recebimento provisório das licenças.
Periodicidade	Por ordem de fornecimento
Mecanismo de Cálculo (métrica)	$TEX = (DEE - DDE)$ Onde: TEX = Tempo de execução (quantidade de dias entre o envio da OS e o recebimento provisório). DDE = Data definida para entrega das licenças constante na Ordem de Fornecimento. DEE = Data efetiva da entrega das licenças.
Faixa de Ajustes no Pagamento e Sanções	Para valores iguais ou inferiores a 0 (zero) - Pagamento integral da Fatura referente ao mês da abertura da Ordem de Fornecimento; De 1 a 15 (dias de atraso) - Glosa de 5% sobre o valor da Fatura referente ao mês da abertura da Ordem de Fornecimento; De 16 a 20 (dias de atraso) - Glosa de 10% sobre o valor da Fatura referente ao mês da abertura da Ordem de Fornecimento; De 21 a 30 (dias de atraso) - Glosa de 15% sobre o valor da Fatura referente ao mês da abertura da Ordem de Fornecimento; Acima de 30 (dias de atraso) - Será aplicada a multa de 3% sobre o valor do Contrato, sem prejuízo da glosa anterior.

6.30.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

6.30.1.1. Não produziu os resultados acordados,

6.30.1.2. Deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas ou ;

6.30.1.3. Deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

6.31. A utilização dos indicadores descritos nessa seção não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

6.32. Após a disponibilização das licenças, a CONTRATADA deverá demonstrar, no ambiente da Microsoft, que as licenças estão atribuídas ao CONTRATANTE pelo prazo previsto neste ato.

6.33. A verificação será feita por meio de acesso ao portal web do fabricante específico para gerenciamento de licenças de software, na área de acesso exclusivo da CONTRATANTE, por meio de credenciais específicas, para verificação das licenças e quantidades disponibilizadas frente a proposta comercial da CONTRATADA e ao Termo de Referência.

6.34. A execução do objeto deverá ser avaliada com base nos Indicadores estabelecidos no item Requisitos de Metodologia de Trabalho, constante deste Termo.

Sanções Administrativas e Procedimentos para retenção ou glosa no pagamento

6.35. Nos casos de inadimplemento na prestação dos serviços, as ocorrências serão registradas pela CONTRATANTE que notificará a CONTRATADA, conforme tabela a seguir:

Id	Ocorrência	Glosa / Sanção
1	Não comparecer injustificadamente à Reunião Inicial.	Advertência. Em caso de reincidência, 0,1% sobre o valor total do Contrato.
2	Quando convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o Contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.	A Contratada ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e, será descredenciada no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das demais cominações legais, e multa de 3% do valor da contratação.
3	Ter praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.	A Contratada será declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração.
4	Demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.	Suspensão temporária de 6 (seis) meses para licitar e contratar com a Administração, sem prejuízo da Rescisão Contratual.
5	Não executar total ou parcialmente os serviços previstos no objeto da contratação.	Suspensão temporária de 6 (seis) meses para licitar e contratar com a Administração, sem prejuízo da Rescisão Contratual.
6	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços solicitados, por até de 15 dias, sem comunicação formal ao gestor do Contrato.	Multa de 3% sobre o valor total do Contrato. Em caso de reincidência, configura-se inexecução total do Contrato por parte da empresa, ensejando a rescisão contratual unilateral.
7	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços solicitados, por mais de 30 (trinta) dias, sem comunicação formal ao gestor do contrato.	Contratada será declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração, sem prejuízo da Rescisão Contratual.
8	Não prestar os esclarecimentos imediatamente, referente à execução dos serviços, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidos no prazo máximo de 5 dias úteis.	Advertência. Em caso de reincidência, multa de 0,1% sobre o valor total do Contrato por dia útil de atraso em prestar as informações por escrito, ou por outro meio quando autorizado pela Contratante, até o limite de 10 dias úteis.

9	Provocar intencionalmente a indisponibilidade da prestação dos serviços quanto aos componentes de software (sistemas, portais, funcionalidades, banco de dados, programas, relatórios, consultas, etc).	Após o limite de 10 dias úteis, aplicar-se-á multa de 1% do valor total do Contrato. A Contratada será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, o que poderá acarretar a rescisão do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
10	Permitir intencionalmente o funcionamento dos sistemas de modo adverso ao especificado na fase de levantamento de requisitos e às cláusulas contratuais, provocando prejuízo aos usuários dos serviços.	A Contratada será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, o que poderá acarretar a rescisão do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
11	Comprometer intencionalmente a integridade, disponibilidade ou confiabilidade e autenticidade das bases de dados dos sistemas.	A Contratada será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, o que poderá acarretar a rescisão do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
12	Comprometer intencionalmente o sigilo das informações armazenadas nos sistemas da contratante.	A Contratada será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, o que poderá acarretar a rescisão do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

6.36. Nos termos do art. 19, inciso III da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos casos em que o Contratado:

6.36.1. Não atingir os valores mínimos aceitáveis fixados nos critérios de aceitação, não produzir os resultados ou deixar de executar as atividades contratadas; ou

6.36.2. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da solução de TIC, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;

6.37. Comete infração administrativa nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, a contratada que:

6.37.1. Não executar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação,

6.37.2. Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;

6.37.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

6.37.4. Comportar-se de modo inidôneo e

6.37.5. Cometer fraude fiscal.

6.38. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à Contratada as seguintes sanções:

6.38.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante,

6.38.2. Multa moratória de 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor contratado, até o limite de 5 (cinco) dias,

6.38.3. Multa compensatória de 10 % (dez por cento) sobre o valor contratado, no caso de inexecução total do objeto,

6.38.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem 6.38.3, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida,

6.38.5. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Ministério da Defesa e com suas unidades administrativas, por até 2 (dois) anos,

6.38.6. Impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos:

6.38.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem 6.38.6. também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa.

6.38.6.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados,

6.38.7. As sanções previstas poderão ser aplicadas à Contratada, juntamente com as de multa, se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, ocasionando a sua perda, respondendo o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

6.38.8. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 156, da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021, as empresas ou profissionais que:

6.38.8.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

6.38.8.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação ; e

6.38.8.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

6.38.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021.

6.38.10. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

6.38.10.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

6.38.10.2. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Do recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta..

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.8.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

7.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.12. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.13. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF

Prazo de Pagamento

7.17. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização.

Forma de Pagamento

7.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.20. O valor total do contrato, com duração de 36 meses, será pago em 3 (três) parcelas anuais, incluindo os reajustes previstos conforme as cláusulas contratuais.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.23. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.24. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

7.25. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.26. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.27. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.28. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.29. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado a cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020)

7.30. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto Contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

Do reajuste

7.31. Será adotado como índice de reajuste do Contrato o Índice de Custos de Tecnologia da Informação – ICTI.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, modo de disputa aberto e fechado, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL POR GRUPO, conforme disposto no art. 22 da IN SEGES 73/2022.

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será por empreitada por preço global.

Da Aplicação da Margem de Preferência

8.3. Não será aplicada margem de preferência na presente contratação.

Definição de critérios para julgamento da proposta

8.4. A licitante deverá dar lances individualizados para cada grupo apresentado na seção "Definição do Objeto", sagrando-se vencedora a que tiver o menor preço global do grupo.

8.4.1. Cada grupo poderá ser vencido por licitantes iguais ou diferentes, pois gerará 2 contratos diferentes para cada grupo estabelecido.

8.4.2. Os preços deverão ser expressos em reais e conter todos os tributos e encargos decorrentes da prestação dos serviços relativos a esta contratação.

8.4.3. Os preços deverão ser cotados com até 2 (duas) casas decimais.

8.5. Para os itens que compõem os grupos, a licitante deverá enviar proposta comercial que contenha os Part Numbers (SKU) e as quantidades listadas no item 1.1 deste Termo de Referência e que irá disponibilizar as licenças conforme prazos mencionado neste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

8.6. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.7. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.8. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.9. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.10. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.11. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.12. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.13. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.14. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.21. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.24. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.25. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.26. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.26.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.26.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

8.26.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.26.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.27. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

8.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.29. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.30. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.31. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito ao fornecimento executado com as seguintes características mínimas:

1. Fornecedor de pelo menos 50% do total previsto das licenças de M365 E3 Unified Sub Per User;
2. Fornecedor de pelo menos 50% do total previsto das licenças de Project P3, ProjectPlan1, Visio P2, Power BI, Power Automate, PowerApps e SQL Server Enterprise; e
3. Fornecedor de pelo menos 50% do total previsto das licenças de CIS Suite Datacenter e CIS Suite Standard.

8.32. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.33. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.34. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da Contratante e local em que foi executado o objeto Contratado, dentre outros documentos.

Cooperativas

8.35. Não será admitida a participação de cooperativas.

Consórcio

8.36. Considerando a necessidade de assegurar a qualidade e a continuidade dos serviços prestados ao Ministério da Defesa ao longo de um contrato com duração de 36 meses, optou-se por não permitir a formação de consórcios. A decisão fundamenta-se na complexidade e na exigência de alta especialização que o cumprimento desse contrato demanda, bem como na necessidade de uma gestão eficiente e ágil para lidar com eventuais desafios ao longo do período contratual. Dessa forma, a não admissão de consórcios visa garantir a máxima responsabilidade e controle sobre a execução dos serviços, além de minimizar potenciais complicações decorrentes da gestão compartilhada entre múltiplas partes.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 15.303.588,12

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 15.303.588,12 (Quinze milhões, trezentos e três mil, quinhentos e oitenta e oito reais e doze centavos.).

9.2. Este valor é a soma dos valores apresentados nas Tabelas 1 e 2, referentes aos itens MD e ESD, respectivamente, conforme detalhado no item 1.1 deste termo de referência. A Tabela 1 apresenta um valor de R\$ 14.929.035,24 (Quatorze milhões, novecentos e vinte e nove mil, trinta e cinco reais e vinte e quatro centavos.), enquanto a Tabela 2 apresenta um valor de R\$ 374.552,88 (Trezentos e setenta e quatro mil, quinhentos e cinquenta e dois reais e oitenta e oito centavos).

Tabela 1 - Contratação de licenças do Ministério da Defesa

Grupo	ID	Identificador Microsoft - SKU	Descrição	CATSER	Unid. Medida	Quantidade	Valor Unitário Mensal	Valor Unitário para 12 meses	Valor Estimado Anual	Valor Unitário para 36 meses	Valor Estimado do Contrato 36 meses
1	1	AAD-33204	M365 E3 Unified Sub Per User	26077	Unidade	1.987	R\$ 175, 51	R\$ 2.106,20	R\$ 4.185.019,40	R\$ 6.318,36	R\$ 12.555.058,20
	2	TRS-00002	ProjectPlan1 ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr.	26077	Unidade	40	R\$ 43,64	R\$ 523,79	R\$ 20.951,60	R\$ 1.571,04	R\$ 62.854,80
	3	7LS-00002	Project P3 Sub Per User	26077	Unidade	20	R\$ 131,69	R\$ 1.580,31	R\$ 31.606,20	R\$ 4.740,84	R\$ 94.818,60
	4	N9U-00002	Visio P2 Sub Per User	26077	Unidade	10	R\$ 61,12	R\$ 733,55	R\$ 7.335,50	R\$ 2.200,32	R\$ 22.006,50
	5	NK4-00002	Power BI Pro Sub Per User	26077	Unidade	120	R\$ 44,80	R\$ 537,69	R\$ 64.522,80	R\$ 1.612,80	R\$ 193.568,40
	6	SPU-00002	Power Automate Sub Per User	26077	Unidade	10	R\$ 75,40	R\$ 904,88	R\$ 9.048,80	R\$ 2.714,40	R\$ 27.146,40
	7	SEJ-00002	PowerAppsPlan ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr	26077	Unidade	10	R\$ 104,60	R\$ 1.255,22	R\$ 12.552,20	R\$ 3.765,60	R\$ 37.656,60
	8	9GS-00495	CIS Suite Datacenter Core ALng LSA 2L	26077	Unidade	114	Subscrição 12 meses	R\$ 1.782,49	R\$ 203.203,86	R\$ 64.169,64	R\$ 609.611,58
	9	9GA-00006	CIS Suite Standard Core ALng LSA 2L	26077	Unidade	40	Subscrição 12 meses	R\$ 456,29	R\$ 18.251,60	R\$ 16.426,44	R\$ 54.754,80
	10	7JQ-00341	SQL Server Enterprise Core ALng LSA 2L	26077	Unidade	16	Subscrição 12 meses	R\$ 26.490,82	R\$ 423.853,12	R\$ 953.669,52	R\$ 1.271.559,36
TOTAL GERAL 3 ANOS (36 MESES)							R\$ 14.929.035,24				

Tabela 2 - Contratação de licenças da Escola Superior de Defesa

Grupo	ID	Identificador Microsoft - SKU	Descrição	CATSER	Unid. Medida	Quantidade	Valor Unitário Mensal	Valor Unitário para 12 meses	Valor Estimado Anual	Valor Unitário para 36 meses	Valor Estimado do Contrato 36 meses
2	11	AAD-38391 M6K-00001	M365 A3 Unified Edu Sub Per User + O365 A1 Edu Sub Per User	26077	Unidade	300	R\$ 26,92	R\$ 323,10	R\$ 96.930,00	R\$ 969,12	R\$ 290.790,00
	12	P4U-00001	Visio P2 Edu Sub Per User	26077	Unidade	4	R\$ 14,52	R\$ 174,24	R\$ 696,96	R\$ 522,72	R\$ 2.090,88
	13	9GA-00006	CIS Suite Standard Core ALngLSA 2L	26077	Unidade	38	Subscrição 12 meses	R\$ 134,00	R\$ 5.092,00	R\$ 4.824,00	R\$ 15.276,00
	14	9GS-00495	CIS Suite Datacenter CoreALng LSA 2L	26077	Unidade	44	Subscrição 12 meses	R\$ 503,00	R\$ 22.132,00	R\$ 18.108,00	R\$ 66.396,00

TOTAL GERAL 3 ANOS (36 MESES)	R\$ 374.552,88
-------------------------------	----------------

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.
- 10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:
- I) Gestão/Unidade: 110404 - Departamento de Administração Interna (DEADI);
- II) Fonte de Recursos: 1000;
- III) Programa de Trabalho: 168638;
- IV) Elemento de Despesa: 33904006 - Locação de softwares;
- V) Plano Interno: 0007 - Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação;
- 10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Cronograma Físico Financeiro

EVENTO	DESCRIÇÃO	PRAZO	RESPONSÁVEL
0	Emissão da Nota de Empenho (NE)	Até 15 (quinze) dias úteis, a partir da homologação do Pregão Eletrônico.	Autoridade competente do MD.
1	Assinatura do Termo de Contrato	Até 10 (dez) dias úteis, a partir da convocação.	Autoridade competente do MD e representante legal da empresa vencedora do certame.
2	Indicação de Gestores e Fiscais	Até 10 (dez) dias úteis, a partir da assinatura do Termo de Contrato (EVENTO 1)	Autoridade competente do MD, nos termos do art. 8º do Decreto nº 11.246, de 2022.
3	Reunião Inicial	Em até 5 (cinco) dias úteis, a partir da indicação de gestores e fiscais (EVENTO 2)	Gestor do contrato com a participação da equipe de fiscalização do contrato, da contratada e dos demais interessados por ele identificados.

11. DOCUMENTOS ANEXOS

- 11.1. Seguem anexos a este Termo de Referência os seguintes documentos:
- ANEXO I - ORDEM DE SERVIÇO OU DE FORNECIMENTO DE BENS
- ANEXO II - TERMO DE CIÊNCIA
- ANEXO III - TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DO SIGILO
- ANEXO IV - TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO
- ANEXO V - TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO
- ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA INTEGRAL DAS CONDIÇÕES PARA FORNECIMENTO DOS BENS E SERVIÇOS
- ANEXO VII - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR 144.2024

ANEXO VIII - TERMO DE ADESÃO ESD-MICROSOFT

ANEXO IX - ACORDO CORPORATIVO N8.2020 MICROSOFT

12. DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO E DA APROVAÇÃO

12.1 A Equipe de Planejamento da Contratação foi instituída pela Portaria DEADI/SEORI/SG-MD nº 4382, de 29 de agosto de 2023 (6528280).

12.2 Em acordo com o Art. 12, § 6º, da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022:

§ 6º O Termo de Referência será assinado pela Equipe de Planejamento da Contratação e pela autoridade máxima da Área de TIC e aprovado pela autoridade competente.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: A Equipe de Planejamento da Contratação foi instituída pela Portaria DEADI/SEORI/SG-MD nº 2144, de 23 de Abril de 2024

JANIO MOREIRA DA COSTA

Integrante Requisitante



Assinou eletronicamente em 27/11/2024 às 16:00:23.

Despacho: A Equipe de Planejamento da Contratação foi instituída pela Portaria DEADI/SEORI/SG-MD nº 2144, de 23 de Abril de 2024

MILTON CESAR DISEGNA DE SOUZA LEITE

Integrante Técnico



Assinou eletronicamente em 27/11/2024 às 15:59:42.

Despacho: A Equipe de Planejamento da Contratação foi instituída pela Portaria DEADI/SEORI/SG-MD nº 2144, de 23 de Abril de 2024

RUAN CARLOS FELIX CARNEIRO

Integrante Administrativo



Assinou eletronicamente em 27/11/2024 às 16:02:20.

MARCOS ANTONIO QUEZADO SOARES

Autoridade Máxima da Área de TI



Assinou eletronicamente em 27/11/2024 às 20:22:12.

WALDIR FRANCISCO DAS NEVES SILVEIRA JUNIOR

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 28/11/2024 às 17:08:50.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ANEXO I - ORDEM DE SERVICO OU DE FORNECIMENTO DE BENS.pdf (372.73 KB)
- Anexo II - ANEXO II - TERMO DE CIENCIA.pdf (364.73 KB)
- Anexo III - ANEXO III - TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENCAO DO SIGILO.pdf (394.74 KB)
- Anexo IV - ANEXO IV - TERMO DE RECEBIMENTO PROVISORIO.pdf (371.71 KB)
- Anexo V - ANEXO V - TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO.pdf (376.73 KB)
- Anexo VI - ANEXO VI - DECLARACAO DE CIENCIA INTEGRAL DAS CONDICoes PARA FORNECIMENTO DOS BENS E SERVICOS.pdf (343.56 KB)
- Anexo VII - ANEXO VII - ESTUDO TECNICO PRELIMINAR 144.2024.pdf (1.74 MB)
- Anexo VIII - ANEXO VIII - TERMO DE ADESAO ESD-MICROSOFT.pdf (67.19 KB)
- Anexo IX - ANEXO IX - ACORDO CORPORATIVO N8.2020 MICROSOFT.pdf (458.51 KB)